

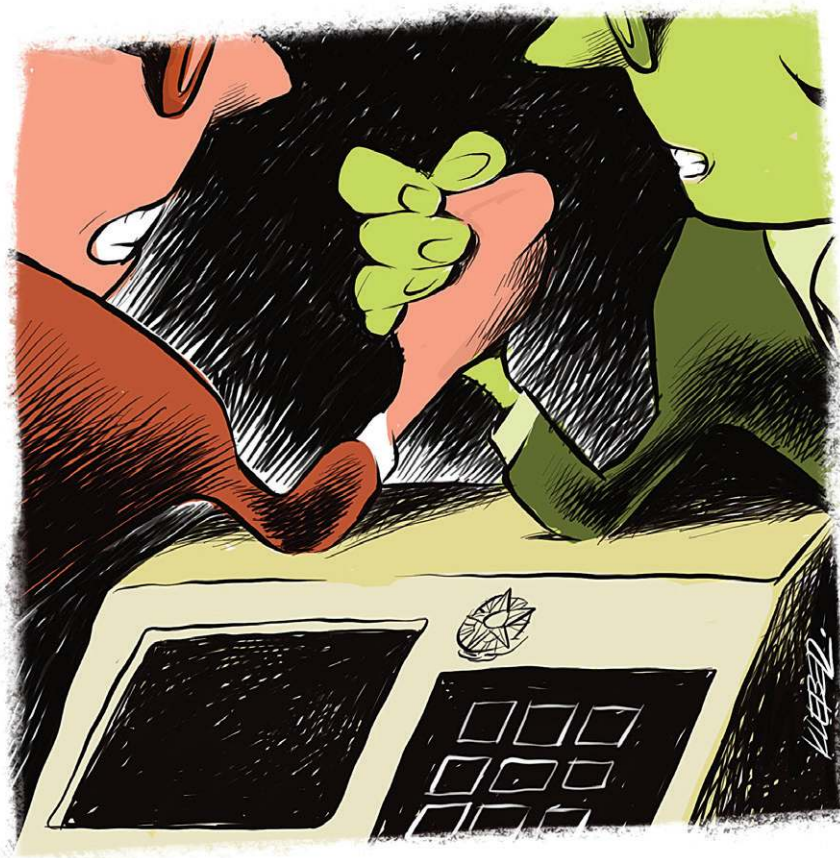
DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Estados polarizados

Os partidos começam a apostar que o eleitor caminha para repetir, nas unidades da Federação, a polarização que se dá na eleição presidencial, haja vista o último Datafolha na Bahia. Lá, o candidato do PT, Jerônimo Rodrigues, cresceu 12 pontos, e aparece com 28%, enquanto o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União Brasil) mantém a liderança, com 49%, cinco pontos a menos do que apresentava no levantamento anterior do mesmo instituto.

Com Jerônimo subindo colado em Lula, restou a ACM Neto se aproximar de Jair Bolsonaro (PL), para tentar evitar uma migração de votos para o ex-ministro das Cidades, João Roma (PL), que tem feito a campanha ao governo estadual colado no presidente — e tem hoje 7% das intenções de voto, percentual que pode fazer a diferença no segundo turno.

Quem tem caminhado por todo o país de olho nas pesquisas, acredita que um dos poucos estados que resistirá à polarização é Minas Gerais, onde o governador Romeu Zema (Novo) segue em carreira-solo, mas sem bater em Bolsonaro. Também é exceção o Rio Grande do Sul, que vislumbra um segundo turno entre o ex-governador Eduardo Leite (PSDB) e o deputado Onyx Lorenzoni (PL). Leite não tem o apoio do PT e, segundo alguns políticos petistas, dificilmente terá.



Na marra não vai

O MDB que resistiu ao apoio ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste primeiro turno avisa que a pregação do voto útil terá como consequência afastar a candidata Simone Tebet de um possível apoio a petista na segunda rodada, em caso de segundo turno entre o candidato do PT e Bolsonaro. Ela só se refere a isso como um desperdício.

Jogos políticos

Essa manobra pelo voto útil promete virar uma justificativa para que Simone se afaste do PT num segundo turno — ela tem dificuldades em apoiar Lula. A senadora vem do Mato Grosso do Sul, estado em que o agronegócio tem grande protagonismo — esse mesmo agro que o petista já xingou nesta campanha e, depois, buscou corrigir. A aposta dos emedebistas é a de que ela sairá desta campanha maior do que entrou, mas se optar pelo PT corre o risco de perder substância no estado.

Por falar em segundo turno...

Os aliados de Bolsonaro olham para os números das pesquisas torcendo para que a turma da terceira via não derreta nas próximas semanas. É que se as sondagens estiverem corretas, quem tem mais chances de vitória no primeiro turno é Lula. Bolsonaro precisa do segundo até para consolidar os dados de melhoria do cenário econômico.

Enquanto isso, no DF...

Candidatos que não se apresentam bem nas pesquisas já começam a fazer apostas para a disputa de segundo turno. Com o candidato da Federação PT, Rede e PCdoB colado em Lula, os palpites são de que Leandro Grass (PV) terá mais chances de chegar à disputa decisiva contra Ibaneis Rocha (MDB).

CURTIDAS

Carreira solo/ O “santinho” que o candidato ao Senado do PSD no Distrito Federal, Carlos Rodrigues, distribui com a famosa “colinha” para a hora do voto, traz apenas seu nome e seu número. Nem sequer menciona o empresário Paulo Octávio, que concorre ao GDF pelo mesmo partido.

Quem tudo quer.../ Rodrigues está de olho nos votos de Bolsonaro. Só tem um probleminha: essa turma já está distribuída entre Flávia Arruda (PL) e Damara Alves (Republicanos).

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A preocupação dos servidores/

Quem visita o gabinete do senador Davi Alcolumbre (UB-AP, foto) tem visto assessores apreensivos com o futuro. Embora ele lidere as pesquisas, a candidata do MDB, Rayssa Furlan, é vista com preocupação por parte do União Brasil.

#vaitrabalhardeputado/ A jornalista Vera Magalhães trabalhando até aquela hora da noite, depois do exaustivo debate entre os candidatos ao governo de São Paulo, e é atacada gratuitamente pelo deputado estadual paulista Douglas Garcia (Republicanos). Se em vez de ficar xingando jornalista o sujeitinho fizesse algo útil para a população, o mundo estaria um pouquinho melhor.



TSE põe à prova a proposta, do Ministério da Defesa, de usar biometria no teste de integridade das urnas. Inclusão do dispositivo de leitura das digitais do eleitor serve, segundo as FAs, como mais uma etapa de conferência do voto

Simulação à moda militar

» LUANA PATRIOLINO

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Ministros Paulo Sergio Nogueira e Alexandre de Moraes fecharam a participação militar no processo

O Tribunal Superior Eleitoral realiza, hoje, a simulação do projeto-piloto com biometria no teste de integridade das urnas eletrônicas que serão utilizadas nas próximas eleições. A proposta foi feita pela comissão do Ministério da Defesa que vem trabalhando em conjunto com os técnicos da Corte e foi aceita na sessão do TSE da última terça-feira. A avaliação está marcada para começar às 11h30.

No total, 640 urnas que participarão do próximo pleito serão escolhidas aleatoriamente e retiradas das seções eleitorais para serem submetidas à avaliação. O teste é realizado no dia da eleição, com acompanhamento de uma auditoria externa.

“O teste de integridade continua igual e, dessas urnas, algumas serão retiradas para a realização do teste de integridade com biometria. Isso será feito para nós testarmos e verificar realmente se isso (a biometria) é ou não necessário estatisticamente”, explicou o ministro Alexandre de Moraes, presidente do TSE, na sessão que acatou a sugestão das Forças Armadas. Para as eleições, o Brasil terá mais de 577 mil urnas em funcionamento.

De acordo com a avaliação de integridade dos equipamentos, as cédulas impressas e pré-preenchidas são digitadas por servidores da Justiça Eleitoral nas máquinas selecionadas para a testagem. Funciona como uma espécie de checagem do registro dos equipamentos eletrônicos.

Voluntariado

O procedimento ocorrerá com a participação de eleitores

voluntários que, depois de votarem, serão convidados a participar da iniciativa em local adjacente ao da votação. Segundo o TSE, será solicitado ao eleitor somente a impressão digital pela qual é realizada a leitura biométrica. O tribunal também ressaltou que os convidados não votarão uma segunda vez e que trata-se apenas um teste.

De acordo com a sugestão dos militares, as simulações devem ser realizadas nas seções eleitorais. Os eleitores usarão a digital para destravar as urnas de votação que serão testadas. Essa amostragem garantirá os equipamentos a serem disponibilizados no primeiro e no segundo turno da eleição.

Desde 2002, o TSE simula uma votação normal. Mas o teste com a biometria serve, segundo os militares, para verificar se o voto digitado no equipamento é o mesmo registrado pela urna eletrônica. Em 2018, circularam vídeos nas redes sociais bolsonaristas de que eleitores teclavam os números de um candidato, mas na tela surgia outro. Porém, jamais provaram a veracidade desses relatos.

A sugestão das Forças Armadas foi feita no âmbito da Comissão de Transparência Eleitoral (CTE). O colegiado foi instituído em setembro de 2021, durante a gestão do ministro Luís Roberto Barroso à frente

do TSE. Na época, a justificativa era a de ampliar a transparência e a segurança de todas as etapas de preparação e realização das eleições — que vinha sendo atacada pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus apoiadores.

Porém, já dentro da comissão, os militares foram motivo de problemas. Em agosto, já sob a presidência do ministro Edson Fachin, o coronel do Exército Ricardo Sant’Anna foi retirado do colegiado. Isso porque o militar fez várias publicações nas redes sociais que mantinha atacando as urnas eletrônicas e compartilhando os ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral.

» Ação contra Hang fica no Supremo

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou, ontem, o pedido para transferir para a primeira instância a investigação sobre os empresários bolsonaristas que trocaram mensagens golpistas em um grupo privado no WhatsApp. O magistrado disse que seria “prematura” declinar as apurações à Justiça Federal em Brasília porque a Polícia Federal (PF) ainda está analisando o material obtido a partir da apreensão dos celulares dos empresários. O pedido para tirar o caso do STF foi feito pela defesa de Luciano Hang, um dos investigados que sofreram buscas no último dia 23 e está com as contas bloqueadas.

3 ações de potencial incômodo

Recém-empossada na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), a ministra Rosa Weber decidiu manter a relatoria de ações que preocupam o governo e a base aliada no Congresso — como o orçamento secreto, a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação e o conjunto de ações que questionam o indulto dado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) ao deputado federal Daniel Silveira (PTB-RJ). Pelo regimento da Corte, o magistrado que assume o comando do STF repassa os processos de seu gabinete para o ministro que o antecedeu no posto — no caso Luiz Fux. No entanto, o novo presidente ainda pode escolher quais as ações cujas relatorias manterá.

Tais ações têm o poder estremececer, ainda mais, as relações entre os poderes Judiciário e Executivo — sobretudo se Bolsonaro for reeleito. Porém, nos bastidores do Supremo tem-se como certo de que essas ações serão julgadas somente depois das eleições para evitar ainda mais ruídos.

No caso do orçamento secreto, o Legislativo é o mais interessado na pauta. Foi o voto da presidente que levou o plenário do STF a suspender, temporariamente, os

pagamentos das emendas de relator e determinar que o Congresso criasse um sistema de transparência dos gastos. Desde o ano passado, a Corte investiga a aplicação desses recursos e questiona a ausência de publicidade na distribuição dos recursos entre deputados e senadores. A ação é de interesse direto dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que, inclusive, mandaram interlocutores sondarem a disposição da ministra — que é conhecida pelo rigor com que trata questões institucionais.

Nas mãos da ministra também está o conjunto de ações contra a graça constitucional dada por Bolsonaro a Daniel Silveira. O parlamentar foi condenado pelo Supremo a oito anos e nove meses de prisão, mas recebeu o indulto do presidente, medida que causou profundo mal-estar no STF.

Outro caso com potencial de acirrar ânimos é o processo que discute a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gravidez. A ação tramita no STF desde 2017 e propõe a exclusão de dois artigos do Código Penal sobre as interrupções de gestação que forem praticadas nas primeiras 12 semanas. (LP)